



# o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 222 / MARÇO-ABRIL 2024 / WWW.STML.PT



## DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 3 **Celebramos os 50 anos da Revolução do 25 de Abril de 1974 (2)**
- 4 **Pela realidade da Limpeza Urbana...**
- 6 **Pelas empresas municipais**
- 11 **A luta dos Trabalhadores-electricistas**
- 12 **Pelas Juntas de Freguesia**
- 17 **Manifestação da Juventude Trabalhadora**
- 18 **Eleições Legislativas – Resultados e ilações**



## o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 222 / MARÇO-ABRIL 2024

[WWW.STML.PT](http://WWW.STML.PT)

**Director** Nuno Almeida

**Corpo Redactorial** Luís Dias, Carlos Silva, José Cruz, Paula Correia, Paula Lourenço, Sandro Roque e Tiago Lopes

**Propriedade**

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

**Administração e Redacção**

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

**Telefones** 218 885 430/35

**Periodicidade** Bimestral

**Distribuição** Gratuita aos Sócios do Sindicato

**Tiragem** 4.000 exemplares

**Preço de capa** 0,01€

**Número de Identificação Fiscal** 500 850 194

**Depósito Legal** 17.274/87

### PROTOCOLOS STML

#### INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus

Grupo Lusófona

Instituto Superior de Educação e Ciências

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

Universidade Lusíada

#### BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros

Millenium BCP

DS Seguros Seixal Santa Marta

#### TURISMO

Campiférias

FPalmela – Aldeamento Turístico de Palmela

Viagens Falcon

#### OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho

Cartão BP Plus

Escola de Condução ENAL

Lancaster College – Escola de Línguas

Mind Project

### Editorial

Da ebulição associada aos resultados das eleições legislativas (10.mar), emergem preocupações sérias em relação ao futuro dos trabalhadores portugueses. A História, que muitos ignoram ou deturpam deliberadamente com revisões à medida da sua vontade, tem neste ano de 2024 uma importância maior, ou não estivéssemos no ano em que se comemoram os 50 anos da Revolução de Abril.

As forças políticas que agora ganharam as eleições (direita), ou as que mais cresceram em número de deputados (extrema-direita), têm nos seus projetos e objetivos, sejam eles a curto-médio prazo ou a longo prazo, políticas que afrontam os trabalhadores nas suas condições de vida. O aparente paradoxo que salta à vista, é que muitos destes projetos são na sua natureza antidemocráticos, não deixando os partidos que os defendem de recorrer às regras do 'jogo democrático' para acederem ao poder através do uso estratégico e cínico da mentira e da demagogia, iludindo os eleitores que neles confiaram o seu voto. Diríamos que a desilusão será breve a instalar-se.

Destes partidos de "fachada democrática", erguem-se teses como "menos Estado, melhor Estado", associada ao "deus-mercado", ou o "utilizador-pagador", o "utente-cliente", o "trabalhador-colaborador", tudo resumindo um quadro de valores e projetos políticos que apontam a diminuição do número de trabalhadores em funções públicas, a par com a redução dos seus direitos, a exploração desenfreada de áreas de interesse público pela gula do setor privado, o trabalho desregulado, precário e mal pago pelo 'bem da família de que todos fazemos parte', entre outras preciosidades que, no essencial, rompem com os Direitos, Liberdades e Garantias que a Constituição de República Portuguesa (CRP) consagra, para além de atacar as Funções Sociais do Estado expressas nesta mesma Constituição, como o DIREITO à saúde, à educação, à habitação, à proteção e segurança social, ou à cultura.

Em suma, independentemente de quem ocupa maioritariamente os lugares no Parlamento, os tempos imediatos para os trabalhadores serão de organização e luta, porque os seus problemas mantêm-se! Numa primeira linha de prioridade, o aumento geral dos salários como emergência nacional.

Na cidade de Lisboa, destacamos, porque histórico, a greve dos cantoneiros da Freguesia da Penha de França a 19 de fevereiro. Uma luta determinada que seguramente terá continuidade caso o Executivo do PS não responda às reivindicações que a justificaram. Também em Benfica, os trabalhadores demonstraram a sua força, alcançando importantes conquistas. Depois de Alvalade, foi agora Marvila a enquadrar em ACEP direitos que interessa normalizar em todas as freguesias.

Na CML, ergue-se a luta no horizonte dos trabalhadores do Serviço de Controlo Integrado de Pragas (SCIP), mas também dos trabalhadores-eletricistas. Na limpeza urbana, avaliam-se os melhores caminhos à defesa dos direitos e expectativas dos seus trabalhadores, bem como não desanimamos na reivindicação por melhores condições de trabalho, face aos problemas que são transversais na autarquia em termos da conservação e manutenção do edificado municipal.

Nas empresas municipais, os trabalhadores da EGEAC, do MARL e da GEBALIS avançam com as suas reivindicações próprias, não deixando o Sindicato de as conduzir às respetivas administrações em tempo oportuno. Na SRU, o STML prepara no seio dos trabalhadores, debater e aprofundar os problemas que neste momento os preocupam.

Abril está aí! No ano em que se celebra meio-século da Revolução, o STML prepara-se para erguer bem alto as conquistas da revolução, hoje em risco de serem diminuídas pela ação de organizações, partidos ou movimentos antidemocráticos. Saibamos estar à altura das nossas responsabilidades, sindicato e trabalhadores do município! Dia 25 de Abril, estaremos às 15h00 no Marquês de Pombal. Que ninguém falte! 25 de Abril SEMPRE! Fascismo nunca mais!



# Celebramos os 50 anos da Revolução do 25 de Abril de 1974

## — parte 2 de 6

Esta violência punitiva concretizava-se com a liquidação física de opositores, a prisão, a deportação e a tortura.”

Em síntese, a ditadura impôs o silêncio pelo medo à maioria dos portugueses, reprimindo e eliminando fisicamente, se necessário fosse, os que se lhes opunham. São estes os tempos “da velha senhora” que alguns partidos e figuras políticas do nosso país pretendem agora recuperar sob a máscara de pretensos democratas. São na verdade os descendentes do salazarismo, fascistas assumidos que não olham a meios para atingir os seus fins, mentido e iludindo sem qualquer pudor, em particular os trabalhadores portugueses, sobre as suas verdadeiras intenções. Reafirmar Abril, é de facto uma urgência do nosso tempo! Para os mais jovens que nasceram depois da década de setenta, é conhecendo a História que melhor garantem o seu direito a um futuro e a uma vida digna!

### Na cidade de Lisboa, com o STML

Perante o marco maior que são os 50 anos da Revolução, foi constituído um Grupo de Trabalho no Sindicato que terá como objetivos avaliar, decidir e organizar atividades várias relacionadas com o 25 de Abril de 1974, mais concretamente sobre o tempo que o precedeu, através de testemunhos na primeira pessoa de quem desafiou e combateu corajosamente o fascismo, suportando muitas vezes um elevado preço pela sua ousadia com perseguições, prisões ou tortura, ou também daqueles heróis desconhecidos do grande público igualmente determinantes no germinar da revolução, desta vez no interior das forças armadas, para depois a conduzir à lua do dia na madrugada do 25 de Abril de 1974.

Não esquecemos ainda ao mundo unitário do qual o STML faz parte, isto é, o Movimento Sindical Unitário da CGTP-IN, lembrando que a nossa Central foi fundada a 1 de outubro de 1970, portanto, em plena ditadura fascista. Justifica-se por isso mesmo a participação e as palavras de um Dirigente da CGTP-IN que participou ativamente nas dimensões da resistência à revolução e à sua consolidação nos meses seguintes, com destaque naturalmente para o 1º de Maio de 1974 (Dia Internacional do Trabalhador), até hoje o mais participado da História ainda jovem e imperfeita da Democracia portuguesa.

Prestes a entrarmos no mês de abril, damos nota das iniciativas em que o STML está empenhado para o tempo imediato.

**Dia 18 de abril – 10h00/15h00 – Na Casa do Alentejo**, debate temático, com momento cultural, ao qual se seguirá o almoço no local. Terá como convidados um ex-presos político e um ex-Dirigente da CGTP-IN.

**Dia 25 de abril – 12h00/14h00 – Almoço na Sede do STML**, ao qual se seguirá a participação no desfile popular das comemorações do 25 de Abril com concentração às 15h00 no Marquês de Pombal e manifestação até ao Rossio.

**Primeira quinzena de maio** – Debate temático com um Capitão de Abril, seguido de um momento cultural e beberete em local, data e hora a divulgar em tempo oportuno.

**25 de Abril SEMPRE! Fascismo NUNCA MAIS!**

No tempo atual que vivemos, emerge como prioridade inofismável a defesa das conquistas da Revolução de 1974. A importância pela memória histórica é um campo onde a luta se tem desenvolvido de forma mais acesa, ou não fosse a memória a base da nossa identidade, do nosso percurso, da nossa cultura, da nossa História em termos latos. Sem memória não sabemos quem somos, de onde viemos e por onde queremos ir, evitando os caminhos e opções do passado que se revelaram nefastos para a vida do povo português e do próprio país e aos quais não devemos, não podemos regressar.

Notas breves sobre algumas das características intrínsecas em termos da natureza e objetivos da ditadura fascista que durante 48 anos marcou negativamente a nossa História. Em termos da população portuguesa à época, foi uma minoria muito ínfima em termos proporcionais os que não deixaram de afrontar a ditadura e os seus alçozes, resistindo, lutando e muitas vezes pagando essa ousadia com a própria vida. Para estes heróis da nossa História contemporânea, imprescindíveis no processo que conduziu à Revolução de 1974 e à conquista de liberdades, direitos e garantias até aí sempre negados, o historiador Francisco Ruivo<sup>(1)</sup> refere:

“Para estes estava reservada a violência punitiva estruturada através do aparelho repressivo da ditadura: a polícia política, a PSP, a GNR, a Legião Portuguesa, a rede de prisões políticas e campos de concentração na metrópole e nas colónias, os tribunais especiais e uma legislação que tornava legal toda a espécie de abusos e discricionariedade. A lei permitia prender sem mandato ou ordem do tribunal, sem culpa formada nem condenação judicial, ou o cumprimento indefinido de penas de prisão através das famosas «medidas de segurança». Nas décadas de trinta e quarenta, por exemplo, mais de 60% dos presos não foram levados a julgamento.

(1) Ruivo, Francisco Bairrão (2021), “Uma história de 48 anos de violência.”, in *Ficaram Pelo Caminho 1926-1974*, Museu do Aljube Resistência e Liberdade, Lisboa, pp.20



# Os problemas que se mantêm e

**O STML realizou entre 19 e 22 de fevereiro uma ronda de plenários com os trabalhadores da limpeza e higiene urbana. Muitos foram os problemas apontados, para além de dúvidas e incertezas em relação à futura organização do trabalho, principalmente no campo do trabalho suplementar (extraordinário) que tem um carácter permanente e regular neste setor de atividade.**

Perante a alteração ao valor da hora extraordinária a partir da 100ª hora, associando o limite mensal dos 60% que será atingido pelos trabalhadores mais depressa, caberá à CML/DMHU encontrar uma solução para este assunto, seja através de despacho do Vice-Presidente autorizando a realização de trabalho suplementar acima dos 60% ou limitando o trabalho extraordinário aos limites legais conhecidos. Neste momento, parece haver em alguns locais de trabalho a limitação do trabalho suplementar durante a semana, priorizando o trabalho ao fim de semana (sábado e domingo), num assunto que ainda carece de esclarecimentos mais sérios.

Por outro lado, reproduzem-se as críticas em termos gerais em relação ao funcionamento e/ou encerramento dos espaços de toma de refeições. Neste momento apenas funciona no período noturno o “bar” de Telheiras e do Restelo/Belém. Os trabalhadores do período diurno (manhã e tarde) reclamam a abertura nos seus respetivos horários de trabalho, com toda a razão e legitimidade.

No campo da formação profissional, emerge a crítica sobre a impossibilidade de obter a autocondução, evidenciando-se critérios duplos e a exclusão de muitos trabalhadores no acesso a esta formação. Também nesta dimensão, não tem havido formação que acompanhe a evolução tecnológica presente nas novas viaturas adquiridas pela CML.

Surgem dúvidas sobre a marcação de férias e a impossibilidade verbalizada por algumas chefias no gozo de férias em determinados períodos do ano. Em particular no COR (Olivais), aumenta o descontentamento dos trabalhadores com a falta de respostas da CML ao problema do estacionamento, provocado pela presença da EMEL (parquímetros) que impõe soluções financeiramente insustentáveis para quem trabalha no Complexo Municipal dos Olivais.

Em vários locais de trabalho, há falta de viaturas (carrinhas de apoio), ou as viaturas pesadas de remoção encontram-se com problemas vários que as deveriam impedir de circular. No essencial, degradam-se as condições de trabalho, além de se colocar em causa a saúde e integridade física dos trabalhadores.

No plano da correção dos circuitos de remoção, que deveria decorrer dos trabalhos implícitos ao Grupo de Trabalho DLU/STML, muito há ainda por fazer, sublinhando que as várias reuniões entre o Sindicato e a CML sobre este tópico, têm ficado muito aquém do desejado, nos prazos e na profundidade da resolução que se exige. O STML já apresentou as suas críticas sobre o funcionamento deste GT a níveis hierárquicos superiores, interessa agora reafirmá-las. Dos mais de 30 circuitos até agora identificados, apenas uma ínfima minoria, foram de facto corrigidos de acordo com os problemas colocados pelos trabalhadores-sindicato.

Muitos outros assuntos e muitos mais problemas foram identificados, que obrigará o STML a realizar previsivelmente durante as próximas semanas uma nova ronda de plenários, com o objetivo assumido de avaliar formas de luta que permitam obter da CML as respostas imediatas que se exigem.

Sobre a proposta da DMHU para o Mapa de Feriados de 2024

A 26 de fevereiro foi rececionada no STML a proposta da DMHU para o trabalho nos dias-feriados deste ano. Da análise



# se erguem na Limpeza Urbana

feita pelo Sindicato, conclui-se que há uma nítida vontade da DMHU em institucionalizar o trabalho nos 365 dias do ano, sete dias por semana, 24 horas por dia. Trata-se de um enorme desrespeito pela vida dos trabalhadores, principalmente no seu direito ao descanso e à conciliação da sua vida profissional com a sua vida pessoal e familiar. No essencial, nada parece distinguir um dia-normal de trabalho de um dia-feriado. Procura impor-se o trabalho normal ao domingo (trabalhadores do período diurno) e domingo para 2ªfeira (trabalhadores do período noturno), ignorando o facto de se tratar do dia de descanso obrigatório dos trabalhadores. No campo específico da discussão e definição do conceito de “serviços essenciais”, avança a DMHU a ideia dos 100%, ou seja, todos são necessários todos os dias do ano, algo que o STML recusa taxativamente.

Foram estas as preocupações, somando propostas de alteração ao apresentado pelos responsáveis hierárquicos da higiene urbana, que o STML formalizou a 14 de março junto da CML/DMHU. Aguardaremos agora pelas conclusões da reunião já agendada para 26 de março com o Diretor Municipal da Higiene Urbana.

## **Trabalhadores do Serviço de Controlo Integrado de Pragas (SCIP) lutam pelos seus Direitos!**

A 20 de março os trabalhadores do SCIP concentraram-se junto ao seu local de trabalho, no Posto de Limpeza do Valsassina, numa ação promovida pelo STML. Os trabalhadores exigiram direitos iguais aos restantes trabalhadores da Higiene Urbana no que concerne ao horário de trabalho.

Relembramos que o SCIP é um serviço da Divisão de Limpeza Urbana (DLU), integrada no Departamento de Higiene Urbana (DHU). Trata-se do serviço responsável por garantir o controlo

de pragas na cidade, seja a pedido dos serviços municipais ou dos munícipes. Intervém, neste sentido, através de ações regulares e/ou pontuais, na rede de esgotos e à superfície, no espaço público, no património municipal ou em habitações onde se verificam situações de insalubridade.

O efetivo de Assistentes Operacionais do SCIP, maioritariamente da categoria profissional de cantoneiro, está atualmente sediado no Posto de Limpeza do Valsassina. Neste momento, o SCIP é composto por dez (10) operacionais, três (3) dos quais ao abrigo do Protocolo O Companheiro. Somam-se mais seis (6) trabalhadores da carreira de assistente técnico. Também nesta dimensão, é urgente o reforço do número de trabalhadores, concretamente em mais cinco (5) operacionais e mais dois (2) assistentes técnicos, pelo menos.

Para a organização do trabalho do SCIP, existe o horário de trabalho das 08h00 às 16h00, sete horas por dia, enquanto realidade que diverge do cenário mais vasto onde este serviço está incluído, concretamente da Higiene Urbana, em que é praticado o regime de jornada contínua com um horário de trabalho de seis horas por dia. Há muito que os trabalhadores do SCIP reivindicam uma jornada trabalho de tempo igual aos seus colegas da Higiene Urbana, sabendo que a implementação de um novo horário de trabalho permitirá erguer um serviço público de maior qualidade, em simultâneo com a efetiva salvaguarda do direito à conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar dos respetivos trabalhadores.

A luta pela normalização dos seus horários de trabalho irá continuar, tendo ficado decidido por unanimidade uma GREVE de 24 HORAS para 15 de Abril.

Cabe agora ao Executivo liderado por Carlos Moedas avaliar uma resposta satisfatória às reivindicações dos trabalhadores do SCIP.

**Espécie de lembrete: Numa altura que a direita se prepara para voltar a governar o País, é necessário recordar os factos normalmente associados à sua passagem pelo poder. Os governos do PSD e CDS têm por hábito transformar a legislação laboral numa autêntica declaração de guerra aos trabalhadores. As suas políticas acentuam os desequilíbrios na repartição da riqueza, põem em causa a segurança no emprego, perpetuam a precariedade, atacam a contratação coletiva e reduzem os direitos e rendimentos dos trabalhadores. A contratação coletiva define salários, regras de gestão de horários e outros direitos laborais. Foi em 2003 que o Governo de Durão Barroso (PSD) decretou a caducidade das convenções colectivas ao fim de três anos, caso o contrato denunciado não seja substituído por outro instrumento da contratação colectiva. As entidades patronais viram aqui a oportunidade para fazer a denúncia das convenções, passando a aplicar o Código do Trabalho a profissionais que antes beneficiavam de melhores condições no âmbito dos seus contratos colectivos. Os patrões também usaram a caducidade para chantagear os trabalhadores e, deste modo, impor piores condições de trabalho. Com a introdução de tal disposição, faz-se igualmente tábua rasa do clausulado que tenha estado anteriormente em vigor. Ou seja, as novas negociações partem da estaca zero, significando que os trabalhadores podem não alcançar os direitos e as vantagens de que usufruíram no passado.**



EGEAC

Na última reunião entre o STML e a Administração, a 20 de dezembro do ano passado, foi apresentado como um facto consumado pelo CA a decisão de aumento salarial para 2024 na ordem dos 52,63€ para quem auferia até 1.746,66€ ou 3% acima desse valor.

Relembramos que o STML apresentou a proposta de 150€ de aumento, por sua vez, sufragada pela maioria dos trabalhadores nos plenários realizados pelo Sindicato em 2023. Certo é que o Conselho de Administração (CA) deixou em aberto, ainda para este ano, a possibilidade de rever esta decisão de aumento (quantitativa-percentual) se a receita da empresa o permitir.

Em suma e no concreto, pelo terceiro ano consecutivo, a Administração reproduz *ipsis verbis* para a realidade da empresa os aumentos salariais decididos pelo Governo para a administração pública. Deste modo, na prática, não houve efetivamente até agora, da parte do CA, qualquer processo negocial. Ao Sindicato foram sempre apresentadas respostas fechadas e mais ou menos definitivas. Não houve, portanto, qualquer tentativa de aproximação face ao proposto pelo STML, em termos de contraproposta de aumentos salariais.

Motivos mais do que suficientes para o Sindicato avançar com um abaixo-assinado onde se reitera a reivindicação dos 150€ para todos os trabalhadores, além de exigir o respeito e cumprimento do n.º 2 da cláusula n.º 27 do Acordo de Empresa que determina, em relação à grelha remuneratória, ser “atualizada anualmente

de acordo com os valores de atualização salarial definidos pela Empresa na sequência de negociações a encetar com o STML”.

O referido abaixo-assinado foi dado a conhecer aos trabalhadores no período de 6 a 15 de março, nas visitas realizadas pelo STML a todos os locais de trabalho. No momento em que escrevemos este artigo, a aceitação tem sido francamente positiva. Para breve, portanto, a contabilização final das assinaturas recolhidas, bem como a avaliação da forma e data para a entrega formal do abaixo-assinado junto do CA.

Expectável e inevitavelmente, nos contactos de março efetuados pelo Sindicato com os trabalhadores, outros problemas emergiram, quer em torno do Código de Ética e Conduta, mas também na falta de pessoal, na organização do trabalho (escalas), nos episódios de esgotamento pela sobrecarga de trabalho, nos constrangimentos já recorrentes relacionados com a sistema de bilhética (da Blueticket), ou até da conduta menos própria de certas chefias perante os seus ‘subordinados’.

Perante a gravidade de algumas situações, o STML prepara para o mês de abril a realização de plenários em determinados locais de trabalho. Será objetivo maior destas reuniões, alavancar com os respetivos trabalhadores caminhos que procurem respostas e soluções aos seus vários problemas, reivindicações e expectativas.



Os trabalhadores da GEBALIS mantêm a sua indignação e o seu protesto pelo não aumento dos salários face ao aumento do custo de vida. Os profissionais da empresa exigem ao Conselho de Administração (CA) respostas aos seus problemas e uma postura de verdadeira negociação e de diálogo. Os trabalhadores são essenciais ao funcionamento da empresa, contribuindo determinantemente para a missão pública da GEBALIS perante a população e a cidade de Lisboa.

No âmbito do Acordo de Empresa (AE), em vigor há sete anos, é da responsabilidade do STML e STAL, mas também do CA da empresa, iniciar um processo negocial anual que vise a valorização salarial dos trabalhadores. Este processo tem sido, nos últimos anos, muito pouco democrático e os Administradores nomeados pela CML têm tomado decisões sem ouvir ninguém.

Os episódios sucedem-se. Em 2021, houve um entendimento entre os sindicatos, os trabalhadores e o CA de então, sobre uma valorização salarial de 10€ para todos os trabalhadores. Contudo, os Administradores com a confiança de Carlos Moedas resolveram não honrar esse compromisso.

Em 2022, por decisão unilateral do atual CA, foi assumido um aumento de apenas 1% para todos os trabalhadores. Novamente, agora em relação a 2023, ignoraram a negociação anual e decidiram sozinhos um aumento igual ao dos funcionários públicos. O mesmo voltou a acontecer em 2024, em que, uma vez mais, o CA ignorou completamente o processo negocial. Tanto os sindicatos como os trabalhadores foram simplesmente informados de que os gestores políticos iriam aplicar, este ano, os valores da Função Pública.

Antes da tomada deste tipo de decisões, como impõe o AE, os Administradores são obrigados a ouvir os sindicatos e ter em consideração a posição dos trabalhadores. Por isso, os trabalhadores, reunidos em plenário geral, decidiram exigir ao CA a abertura de um verdadeiro processo negocial com os sindicatos, tendo em vista um aumento real dos salários.

Por maioria, os trabalhadores presentes nos plenários decidiram realizar três ações reivindicativas. A primeira teve lugar no dia do evento de Natal da empresa: uma concentração, na qual um grupo de trabalhadores exibiu uma faixa a exigir respeito pelo AE. A segunda ação reivindicativa, com a mesma mensagem, foi concretizada através da colocação de 13 faixas nos locais de trabalho. E, finalmente, a terceira iniciativa consistiu na dinamização de um abaixo-assinado com as reivindicações dos trabalhadores. Em todas estas iniciativas, a Administração é alertada para a urgente necessidade de ouvir os trabalhadores, respeitando o processo negocial que assumiu quando assinou a revisão do AE em 2022.



O STML e os cerca de 100 trabalhadores ainda esperam que a Administração avance com uma contraproposta de Acordo de Empresa (AE). A primeira versão do documento foi entregue pelo Sindicato ainda em 2020. No final de 2023, o STML resolveu voltar ao terreno, realizando visitas a todos os postos de trabalho da SRU. No diálogo então estabelecido, ficou saliente, mais uma vez, que os trabalhadores querem mesmo a celebração do AE. Este Acordo, construído em conjunto com quem trabalha nesta empresa, vai permitir uma melhor regulação das relações laborais. Durante as últimas visitas, ouvimos também muitas queixas relativas ao Plano de Carreiras, à Tabela Salarial e ao Sistema de Gestão de Desempenho e Talento. Regulamentos divulgados pela Administração no passado mês de janeiro, sem que tivesse sido ouvida a opinião dos trabalhadores. O STML espera que os referidos documentos ainda possam acolher os contributos de quem trabalha e que possam ser incluídos no processo negocial de contratação coletiva.

A SRU continua a ser a única empresa municipal de Lisboa que não tem um tal instrumento de contratação. Apesar das muitas tentativas de contacto, a atual Administração não tem demonstrado qualquer vontade em manter o diálogo com os representantes dos trabalhadores. O STML não se deixará desanimar por tal constatação, prevendo para breve a realização de um plenário geral na SRU.

Mercado Abastecedor  
da Região de Lisboa

No MARL, os trabalhadores há muito que reivindicam um conjunto de direitos que, por ausência de respostas até ao momento, tem criado inúmeros transtornos em dimensões importantes das suas vidas. Referimo-nos concretamente, mas não só, aos direitos inalienáveis no campo da conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar.

Enquanto se desenvolve o processo negocial entre a Administração e o Sindicato visando a celebração de um Acordo de Empresa, que potencialmente poderá contribuir para a regulação e normalização da vida laboral dos trabalhadores, há matérias que podem ter uma solução imediata.

Em primeiro lugar, falamos da organização do tempo normal de trabalho. No MARL, os trabalhadores estão sujeitos às 40 horas semanais, quando a maioria dos trabalhadores do sector empresarial do Estado realiza 35 horas. Refira-se ainda que, na cidade de Lisboa, todas as empresas do sector empresarial local ligadas à esfera pública, nomeadamente as empresas municipais, há muito que têm instituídas as 35 horas semanais. Não esqueçamos ainda que, no MARL, já foram praticadas as 35 horas, tendo-se regredido neste campo por decisões muito mal fundamentadas e que ainda hoje são alvo de crítica. Num segundo ponto, sublinha-se o direito, reivindicado legitimamente pelos trabalhadores, a 25 dias úteis de férias, realidade também praticada num passado recente, mas diminuída e desvirtuada durante o período da “Troika” (Governo PSD/CDS) para 22 dias. Por último, face ao aumento acelerado do custo de vida, importando aqui a inflação e o aumento do preço de bens e serviços essenciais, com níveis-recorde em 2023, urge igualmente considerar a atribuição de um subsídio de transporte que permita aos trabalhadores fazer face a esta nova realidade.

Reunidos em plenário, os trabalhadores decidiram avançar, então, com um abaixo-assinado, com as reivindicações referidas, perspectivando-se a sua entrega ao CA para inícios de abril.



# STML solicitou a inconstitucionalidade da forma como o vencimento dos Sapadores Bombeiros é calculado

**A integração de todos os suplementos na escala salarial dos sapadores bombeiros, promulgada do Decreto-Lei n.º 106/2002, veio a revelar-se, ao fim de 22 anos, totalmente desajustada e suscetível de ser considerada inconstitucional, tendo em conta o aumento verificado ao nível do salário mínimo nacional.**

Trata-se de um facto que instou o STML, ainda em novembro de 2023, a requerer junto dos Grupos Parlamentares a fiscalização de inconstitucionalidade do vencimento-base no início de carreira dos profissionais do Regimento.

Não tendo informação do pedido de inconstitucionalidade por qualquer dos Partidos com assento na Assembleia da República, o STML decidiu avançar com esta solicitação junto da Provedoria de Justiça. A Provedora da Justiça tem, nas suas competências, a possibilidade de solicitar junto do Tribunal Constitucional uma prenenuncia sobre esta matéria.

Os propósitos do Sindicato passam por:

- Considerar o atual vencimento dos bombeiros como ordenado base;
- Pagar um adicional de 15% como suplemento de insalubridade e penosidade sobre o ordenado base agora auferido;
- Pagar o adicional de 14,5% como suplemento de disponibilidade permanente sobre o ordenado base agora auferido.
- Pretende-se, também, que a equidade no aumento salarial que ocorreu em 2023 seja reposta, aumentando o salário base dos bombeiros nos 52€ atribuído as restantes carreiras de grau 2 de complexidade.

Procura-se deste modo repor a legalidade, já que nenhum trabalhador pode receber um ordenado inferior ao salário mínimo nacional, bem como não pode ser prejudicado pelo facto da sua carreira ainda não ter sido revista, responsabilidade exclusiva do anterior Governo.

O STML continuará a intervir em defesa dos direitos e expectativas dos Sapadores Bombeiros, sempre de forma séria e coerente, porque agora é altura da união de todos os bombeiros em defesa das suas condições de vida!

STML participa na entrega de um “memorando” ao Presidente da República com as reivindicações dos bombeiros.

No âmbito da ação promovida a 1 de fevereiro pela plataforma de sindicatos que acompanham a realidade dos bombeiros profissionais, Dirigentes e Delegados sindicais do STML, entregaram as reivindicações ao Presidente da República às quais urge dar resposta, nomeadamente:

- **Direito ao Subsídio de Risco;**
- **Direito ao Subsídio de Insalubridade e Penosidade;**
- **Direito ao Subsídio de Disponibilidade Permanente;**
- **Revisão do Estatuto de Pessoal dos Bombeiros Profissionais da Administração Local;**
- **Atualização das tabelas salariais;**
- **Revisão da idade para a aposentação;**
- **Substituição do SIADAP por um sistema de avaliação justo e sem quotas;**
- **Regulamentar a atribuição e atualização de Subsídios e Suplementos específicos para bombeiros sapadores, separados do vencimento base (atualmente se retirarem estes subsídios, a remuneração é inferior à Remuneração Mínima Nacional);**
- **Reconhecimento da Profissão de Desgaste Rápido;**
- **Sistema justo e adequado de Promoção e Progressão na carreira.**



## A luta dos trabalhadores do Edifício da Rua Alexandre Herculano e por outros locais de trabalho da CML

Depois da concentração a 11 de janeiro dos trabalhadores do Edifício da Rua Alexandre Herculano à porta do seu local de trabalho, exigindo respostas aos inúmeros problemas com que são confrontados em termos das suas condições de trabalho, na reunião com o Vice-Presidente da CML a 30 do mesmo mês, foi transmitido ao STML que a empreitada a cargo da DMMC está em desenvolvimento. Afirmou ainda a CML que através de uma alteração orçamental, seriam reforçadas as verbas para esta empreitada avaliada em aproximadamente duzentos mil euros (substituição das atuais janelas por janelas duplas). Depois deste passo, iniciar-se-ia o concurso público. Em suma, a obra, com um prazo de execução de cerca de 90 dias, poderá começar previsivelmente dentro de 5-6 meses, ou seja, talvez no fim deste ano ou no início do próximo (!?), os trabalhadores terão uma parte dos seus problemas resolvidos.

Foram estes os assuntos debatidos com os trabalhadores no plenário realizado pelo Sindicato a 8 de fevereiro, onde se sublinhou a importância da ação realizada em inícios de janeiro, mas principalmente a forma com a CML tem encarado os problemas que existem neste local de trabalho, apontando soluções e respostas a todos os níveis tardias, além de insuficientes. Por exemplo, nada se refere sobre os problemas crónicos com os elevadores ou com a inexistência de equipamentos de ar-condicionado em alguns pisos ou, nos casos onde os mesmos existem, nos constrangimentos colocados pela ausência de manutenção.

Razões mais do que suficientes para que os trabalhadores avaliem com o STML novas formas de protesto, caso não queiram passar mais um verão e um inverno, pelo menos, com temperaturas (altas ou baixas), para não apontar o ruído, que em muito degradam as suas condições de trabalho.

### STML contacta trabalhadores da CML de áreas técnicas e administrativas

Durante os últimos meses, o Sindicato aprofundou o contacto junto dos trabalhadores de vários setores de atividade, ten-

do como elemento comum pertencerem às denominadas áreas técnicas e/ou administrativas. Visitou-se o Edifício do Campo Grande, os serviços relocados na Baixa (antes instalados no edifício da CGD), o Edifício da Bela Flôr, o Departamento dos Direitos Sociais e algumas áreas de trabalho da Direção Municipal da Cultura. Também as áreas técnicas da Direção Municipal e Departamento da Higiene Urbana, sem esquecer o Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica.

Muitas das questões colocadas pelos trabalhadores são transversais, como as dúvidas sobre a última revisão ao sistema de avaliação, a nova tabela remuneratória dos técnicos superiores, o “acelerador”, ou seja, a mudança de posição remuneratória com seis pontos via SIADAP; sobre os procedimentos que a CML/DMRH deve informar em torno do pagamento às Ordens Profissionais, ou sobre assuntos próprios do respetivo local de trabalho, como a reinstalação da Caixa MB no Complexo Municipal dos Olivais que inclusive deu azo a um abaixo-assinado entregue nos Paços do Concelho a 15 de dezembro último.

A todas estas matérias, o STML esclareceu e elucidou, tendo inclusive distribuído documentação específica sobre certos temas, como o SIADAP e as alterações que resultaram do último processo de revisão concluído em novembro do ano passado. O Sindicato continuará a acompanhar estas realidades sectoriais, apontando para os próximos meses novas visitas, como aos vários locais de trabalho sob alçada do Departamento de Saúde, Higiene e Segurança, às UITs, ao Departamento de Formação, sem esquecer as Bibliotecas Municipais ou o Arquivo Municipal, entre outros.

**Em suma, para além de informar, esclarecer e melhor conhecer os problemas que afetam os trabalhadores da autarquia para depois intervir junto de quem tem a responsabilidade de lhes dar resposta, o STML aproveita também para aprofundar o caminho que afirma que só com o envolvimento imprescindível dos trabalhadores na resolução dos seus próprios problemas conseguimos construir um Sindicato à sua medida.**

# Reunião entre o STML e o Vice-Presidente da CML

**A 30 de janeiro o STML reuniu com o Executivo Municipal, representado pelo seu Vice-Presidente. Também presentes, os responsáveis da Direção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH) e do Departamento de Saúde, Higiene e Segurança (DSHS).**

Dos assuntos debatidos, sintetizamos o seguinte. Assim,

## **Valorização dos trabalhadores da carreira de Assistente Operacional com mais de 30 anos de serviço**

Face aos 150 trabalhadores (pelo menos) que a CML/DMRH pretendia excluir da valorização decidida em 2022 pelo Governo, que motivou o STML a disponibilizar um requerimento individual aos trabalhadores seus associados, ao que se seguiria ao fim de 90 dias, também por iniciativa do Sindicato, um processo coletivo em tribunal, o Vice-Presidente assumiu a resolução positiva deste diferendo. Neste sentido, a DMRH irá proceder à valorização dos trabalhadores com mais de 30 anos de serviço até agora excluídos (+/-150 casos). Esta decisão, com retroatividade a janeiro de 2023, terá efeitos práticos no próximo recibo de vencimento de março. O STML saúda esta decisão, já que repõe justiça para um conjunto significativo de trabalhadores, face a um processo que para o Sindicato sempre foi claro e cuja resolução sempre exigimos de forma taxativa.

## **Acordo celebrado entre o STML e a CML em Junho de 2023 para a realidade da Higiene Urbana**

O STML sublinhou alguns pontos do acordo celebrado em JUN.23, resultado da luta que marcou este sector de atividade no 1º semestre do ano passado e que, na ótica do Sindicato, estavam aquém do consensualizado. Neste sentido, abordou-se as obras não estruturais nas Instalações da Higiene Urbana que, no campo da manutenção e conservação, revelam alguns atrasos. Sinalizou-se a urgência em criar condições à abertura de todos os espaços de toma de refeições nas Unidades de Higiene Urbana, abrangendo o período noturno e diurno, compromisso que também não está a respeitar os prazos definidos no referido acordo. Criticou-se a forma como a Medicina do Trabalho está a funcionar, principalmente no campo dos trabalhadores acidentados a quem lhes é dada alta médica com limitações, aumentando assim o número de trabalhadores com 'serviços moderados' e criando problemas a vários níveis, quer no plano individual, quer no próprio funcionamento do serviço. Relembrou-se a urgência em informar os trabalhadores sobre a renovação da Carta de Condução de pesados, ou ainda sobre o Plano de Formação específico para a higiene urbana.

## **Aplicação do Suplemento de Insalubridade e Penosidade**

O STML lembrou os casos de novos trabalhadores de determinados sectores de atividade (espaços verdes, calceteiros, brigadas LX) que, por serem recentes na realidade laboral da autarquia, não recebem este suplemento, em contraponto aos trabalhadores mais antigos. Da parte do Vice-Presidente, assumiu que em relação aos espaços verdes, este assunto será

resolvido, assumindo a CML a atribuição do suplemento a todos os trabalhadores-jardineiros, independentemente do seu tempo de serviço. O STML valoriza esta decisão, sabendo que resolve apenas uma parte do problema, considerando que ainda deixa de fora algumas dezenas de trabalhadores de outros setores de atividade. Por outro lado, o Sindicato lembrou a reivindicação dos trabalhadores-eletricistas que aguardam por uma decisão da CML. O Vice-Presidente afirmou que por falta de enquadramento legal, não será possível satisfazer esta pretensão, posição com a qual o STML frontalmente discorda. Caberá agora aos trabalhadores, sempre com o Seu Sindicato, avaliar as formas de luta que se considerem oportunas visando alcançar este objetivo, mais do que justo, legítimo e perfeitamente exequível.

## **Reposicionamento dos Fiscais Municipais na Tabela Remuneratória Única (TRU)**

Face à reivindicação deste grupo de trabalhadores e do STML, refere o Vice-Presidente a impossibilidade legal de responder positivamente. Acrescentou ainda que em abril de 2023, a CML fez chegar ao Governo uma 'exposição' onde se abordou este assunto, na expectativa da sua correção, face às injustiças que provocou. O STML considera que este processo não pode ficar por aqui e, independentemente do novo quadro legislativo criado pelos resultados das eleições legislativas antecipadas, avançou com uma queixa junto da Provedoria da Justiça.

## **Condições de trabalho em determinados edifícios municipais**

O STML abordou, uma vez mais, o caso do edifício da Rua Alexandre Herculano que muita contestação tem gerado compreensivelmente da parte dos respetivos trabalhadores. Também as condições de trabalho da Casa dos Animais de Lisboa e o atraso nas obras que decorrem nos espaços adjacentes, apelando a que se resolva no imediato alguns problemas apontados pelos trabalhadores, como a abertura do refeitório que lhes permita ter as suas refeições condignamente.

Por último, referiu-se o caso do Quartel do RSB de Benfica, tendo informado o Vice-presidente que iriam ser iniciadas as intervenções a cargo da construtora Teixeira Duarte SA. O STML sublinhou que estas intervenções não solucionarão os problemas de fundo deste local de trabalho, cabendo à CML assumir a construção de um novo Quartel para esta zona da cidade. Referiu o Vice-presidente estarem a avaliar terrenos, através da Direção Municipal do Património, que permitam enquadrar esse propósito.

## **Atribuição do Passe Metropolitano a todos os trabalhadores da CML**

Perante a proposta do STML, o Vice-Presidente considera que neste momento é insustentável para a autarquia suportar os encargos anuais associados a esta medida. O Sindicato lembrou a importância social, económica e ambiental que a assunção desta decisão poderá acarretar para os trabalhadores do município, mas também para a própria cidade e não deixará de a defender no tempo imediato.



## Trabalhadores-Eletricistas da CML vão intensificar a luta pela atribuição do suplemento de insalubridade e penosidade (SIP)!

**Há vários anos que os trabalhadores-eletricistas da autarquia, afetos às unidades orgânicas do DIEM (DEMIEM e DIP) e DEP da DMMC, têm vindo a lutar pela justa e pertinente atribuição do SIP, sustentando a sua reivindicação no facto de realizarem demasiadas vezes trabalhos em contextos de insalubridade, penosidade ou risco, que afetam potencialmente a sua saúde e integridade física.**

Mais recentemente, a 10 de novembro de 2023, este grupo de trabalhadores concentrou-se na Praça do Município para entregar ao Presidente da CML um abaixo-assinado, subscrito por cerca de 90% dos trabalhadores desta categoria profissional, onde se exige a atribuição deste suplemento, altura em que o Presidente reafirmou a viva voz perante sindicato e trabalhadores a sua vontade em ver este assunto bem resolvido.

Depois da reunião de 30 de janeiro entre o STML e o Vice-presidente da CML, continuando o Executivo a escudar-se nas dúvidas legais para a atribuição do SIP a estes trabalhadores, o Sindicato enviou à CML um Parecer Jurídico que enquadra legalmente a sua atribuição, apontando os motivos mais do que suficientes para sustentar esta reivindicação.

Refere-se no referido parecer que “(...) os eletricitistas, são

chamados diariamente a desempenhar funções nas áreas de recolha e tratamento de resíduos, nos locais da higiene urbana, nos saneamentos e tuneis subterrâneos, no canil e nas rodovias, e estão sujeitos às mesmas condições de penosidade e insalubridade que estes trabalhadores. Donde se conclui que, com base na análise do DL 93/2021 e a deliberação no 352/CM/2022 da Câmara de Lisboa, é da mais elementar justiça, que os assistentes operacionais com competência de eletricitistas, recebam o SIP, por desempenharem funções que os expõem a condições insalubres e penosas, conforme descrito nos critérios para a concessão desse suplemento.”

Chegados a março, fartos e cansados de aguardar por uma resposta do Executivo municipal liderado por Carlos Moedas, os trabalhadores-eletricistas, no plenário realizado pelo STML a 4 de março, decidiram avançar para uma greve de 24 horas a realizar durante o mês de abril.

Ficou ainda expresso neste plenário, que o STML intervirá na Reunião Pública de Câmara, continuando, assim, a dar expressão pública à luta que estes trabalhadores têm desenvolvido. Não deixará de se exigir ao Executivo municipal uma resposta política à justa reivindicação dos trabalhadores-eletricistas pela atribuição do suplemento de insalubridade e penosidade.



## ALVALADE

O STML assinou um novo ACEP com o Executivo da Junta de Freguesia de Alvalade a 26 de janeiro, concluindo assim um longo processo negocial. Neste novo ACEP, está positiva e finalmente enquadrado, o pagamento do suplemento de insalubridade e penosidade durante 12 meses, ou seja, incluindo o período de férias dos trabalhadores (com retroativos a janeiro de 2021). Também o direito ao descanso compensatório (folga) pelo trabalho em dia-feriado foi alcançado. É de sublinhar que todo este processo, agora satisfatoriamente concluído, só foi possível depois da luta determinada dos cantoneiros desta freguesia, com destaque para a manifestação-concentração realizada a 28 de junho de 2023 em frente à Sede da Junta de Alvalade.

## SANTO ANTÓNIO

A 29 de janeiro os trabalhadores-cantoneiros concentraram-se junto às instalações da Junta. O objetivo desta ação de protesto passou pela entrega de um abaixo-assinado ao Presidente Vasco Morgado que recebeu a delegação do Sindicato. Dos compromissos assumidos pelo Presidente de Santo António com o STML, sublinhamos a assinatura de um novo ACEP que inclua o pagamento dos suplementos de caráter permanente sobre 12 meses, nomeadamente do suplemento noturno (com retroatividade a 2014) e do suplemento de insalubridade e penosidade (com retroatividade a 2021). Também assumido a abertura de concurso público de admissão de pessoal para a limpeza urbana, propondo não só regularizar a situação laboral dos trabalhadores a recibos-verdes, mas também reforçar este setor de atividade. A Junta informou que irá avançar com pequenas melhorias nas instalações do Mercado do Rato no imediato, sabendo que as obras estruturais que se exigem, cabem à CML, aguardando neste momento a Junta a disponibilização das verbas nesse sentido. O STML relembrou que, caso a Junta e a CML não definam prazos urgentes nesta dimensão, os trabalhadores avançarão para formas de luta mais duras.

## ALCÂNTARA

A 8 de fevereiro reuniu-se com o Executivo, representado pelo seu Presidente Davide Amado, que assumiu finalmente o processo negocial para a celebração de um ACEP, com disponibilidade para o assinar durante o primeiro trimestre de 2024. Relembramos que o ACEP proposto pelo STML permite a reposição de alguns direitos aos trabalhadores como mais 3 dias de férias através de uma avaliação de desempenho positiva; ou ainda a normalização do descanso compensatório (folga) pelo trabalho em dia-feriado. Também assumido no futuro ACEP, o pagamento do Suplemento de Insalubridade e Penosidade durante 12 meses,

ou seja, incluindo o período de férias dos trabalhadores. Foi referido pelo Executivo que a avaliação de desempenho (SIADAP) do biénio 2021/2022 está concluída e que nos vencimentos de janeiro já foram incluídas as alterações de posição remuneratória, incluindo o decorrente do “acelerador de carreiras”. O STML alertou o Presidente para o problema do pavimento (terra batida) à entrada do Posto de Limpeza, tendo informado o responsável máximo do Executivo que aguardam autorização da CML para avançar com a repavimentação.

## PENHA DE FRANÇA

A 19 de fevereiro realizou-se a primeira Greve na História da cidade de Lisboa envolvendo trabalhadores da higiene urbana de uma freguesia, neste caso da Penha de França. Os cantoneiros desta Junta aderiram em massa à Greve convocada pelo STML, com uma adesão na ordem dos 90%! Depois da concentração a 9 de novembro, em frente à Sede da Junta, e da manifestação pelas ruas da freguesia a 13 de dezembro, a Greve de 19 de Fevereiro ergueu bem alto as suas reivindicações, nomeadamente sobre o respeito pelo Acordo Coletivo de Empregador Público (ACEP) em vigor no que concerne a atribuição de um dia de descanso compensatório (folga) pelo trabalho realizado em dia-feriado; e pelo pagamento do suplemento de insalubridade e penosidade (SIP) durante 12 meses. Durante a manhã deste dia de Greve, os trabalhadores percorreram a freguesia distribuindo um comunicado à população onde explicaram as razões da luta que travam. A 19 de março está agendada uma nova reunião com a Presidente da Junta, avaliando depois o STML com os trabalhadores, as respostas do Executivo e a continuação da luta se se justificar.

## AJUDA

A 21 de fevereiro reuniu-se com o Executivo, representado pelo seu Presidente Jorge Marques que se mostrou disponível para analisar uma proposta de revisão do ACEP em vigor, nomeadamente no que diz respeito às reivindicações dos trabalhadores de reposição de alguns direitos, como são a atribuição de mais três (3) dias de férias através de uma avaliação de desempenho positiva; a normalização do descanso compensatório (folga) pelo trabalho em dia-feriado; o pagamento do Suplemento de Insalubridade e Penosidade durante 12 meses, ou seja, incluindo o período de férias dos trabalhadores. Foi referido pelo Executivo que a avaliação de desempenho (SIADAP) do biénio 2021/2022 está concluída e que nos vencimentos de janeiro foram incluídas as alterações de posição remuneratória, incluindo o decorrente do “acelerador de carreiras”.

Foi aceite pelo Executivo a sugestão do STML de que seja enviada aos trabalhadores uma informação contendo o histórico

das avaliações, assim como o número de pontos que os mesmos detêm. O STML alertou o Presidente para o problema que resulta do número elevado de trabalhadores que, apesar de ocuparem um posto de trabalho de caráter permanente, têm, porém, um vínculo precário. O Presidente afirmou estar na sua fase final a abertura de vários concursos de ingresso. Acrescentou ainda a sua preocupação com uma parte dos atuais prestadores de serviços (vulgo recibos-verdes) que, por serem imigrantes, não possuem ainda toda a documentação, nomeadamente sobre a residência, que lhes permita assumir-se como candidatos ao referido concurso. Frisou neste sentido, que a Junta tudo está a fazer no atual quadro legal para superar estas dificuldades

### MISERICÓRDIA

A 29 de fevereiro reuniu-se com o Executivo, representado pela sua Presidente Carla Madeira. O STML reafirmou a reivindicação dos trabalhadores verem reconhecidos os suplementos de insalubridade e penosidade, bem como de trabalho noturno, como suplementos de caráter permanente. Enviou à Junta uma proposta de revisão do ACEP em vigor, acompanhada de pareceres e decisões judiciais que tentem ajudar a ultrapassar as dúvidas jurídicas colocadas pela Presidente, que assumiu a análise destes tópicos e o compromisso de transmitir a sua decisão em tempo oportuno. Face ao problema da falta de pessoal na higiene urbana, o Executivo informou que abriu um concurso público para o preenchimento de 13 vagas com reserva de recrutamento. Ponderam ainda alargar o número de trabalhadores para este setor de atividade, decisão nesta fase apenas dependente da disponibilidade financeira da Junta. Face à informação prestada em maio de 2023 pelo Executivo (última reunião com o STML), o Sindicato voltou a questionar sobre a morosidade na abertura do novo Posto de Limpeza situado na rua D. Luiz. O Executivo informou que o espaço já está a servir para parquear e lavar viaturas e que está apenas a aguardar a instalação de alguns equipamentos, nomeadamente de segurança, para iniciar a transferência de trabalhadores para esta nova instalação durante o mês de março.

### SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Na última reunião com o Presidente desta Junta, a 20 de outubro de 2023, ficou assente um conjunto de compromissos com o STML, nomeadamente sobre o início do processo negocial visando a celebração de um ACEP. Como consensualizado entre ambas as partes, o STML enviou pouco tempo depois uma proposta para um novo ACEP onde se destacam, entre outros possíveis direitos, a atribuição a todos os trabalhadores de três (3) de férias com avaliação positiva (via SIADAP); a assunção dos suplementos de caráter permanente sobre doze (12) meses, isto é, incluindo o período de férias dos trabalhadores, nomeadamente do suplemento noturno e do suplemento de insalubridade e penosidade (SIP); ou a atribuição do descanso compensatório (folga) pelo trabalho em dia-feriado. Em relação ao SIP sobre doze meses, o Presidente já tinha informado da decisão do Executivo em assumir positivamente esta reivindicação com efeitos já em 2024. Decisão que o STML valoriza, interessando agora enquadrá-la em sede de ACEP, salvaguardando para o futuro este direito dos cantoneiros. A 28 de fevereiro reuniu-se com o Presidente José da Câmara. Desta reunião negocial, muitos foram os consensos alcançados, principalmente quando se importaram os direitos supramencionados (mais três dias de férias, pagamento dos suplementos de caráter permanente sobre 12 meses e a folga pelo trabalho em dia-feriado). Em suma, o Executivo comprometeu-se a informar em tempo oportuno a sua resposta definitiva sobre as propostas do STML. Da parte do Sindicato, com confiança afirmamos que existem perspetivas reais e positivas para, a curto prazo, celebrar um novo ACEP que garanta, ainda em 2024, mais e melhores direitos aos trabalhadores desta Freguesia.

### BENFICA

A 29 de fevereiro, o STML reuniu com o Executivo, representado pelo seu Presidente Ricardo Marques. Esta reunião teve como propósito negociar os conteúdos para um novo ACEP. Relembramos que esta Junta celebrou ACEPs com outras estruturas sindicais em Junho de 2023, tendo o STML recusado a proposta de ACEP da Junta face à normalização da desregulação dos horários de trabalho, aliás, contrariando inclusive a legislação geral em vigor (nesta matéria o nº2 do Art.º217 do Código do Trabalho). Motivos que justificaram o prolongamento do processo negocial até agora. Contudo, nesta reunião de fevereiro, o Executivo assumiu o pagamento do suplemento de insalubridade e penosidade durante 12 meses, ou seja, incluindo também o período de férias dos trabalhadores, numa decisão que o STML valoriza. Por outro lado, sobre o pagamento em 12 meses do suplemento noturno, a Junta refere impossibilidades que para o STML não existem objetivamente no atual quadro legal. Também deixou de fora a atribuição do descanso compensatório (folga) pelo trabalho em dia-feriado. Mais grave ainda, o Executivo deixa inalterada a cláusula que o STML sempre criticou, isto é, a que implica a desregulação dos horários de trabalho. Foi esta a principal razão que motivou os trabalhadores da higiene urbana reunidos em plenário a 4 de março, deslocarem-se à Sede da Junta de Freguesia para entregar um abaixo-assinado subscrito pela esmagadora maioria dos cantoneiros, exigindo respeito pelos seus direitos e respostas às suas expectativas. O STML, recebido pelo Vogal da Higiene Urbana e pela Chefe de Divisão dos Recursos Humanos, voltou a sublinhar os direitos que interessa respeitar e salvaguardar, condição impreterível para o Sindicato celebrar um novo ACEP com esta Junta. Em consequência desta iniciativa, dias depois o Presidente da Junta deslocou-se ao Posto de Limpeza Silva Porto onde transmitiu aos trabalhadores, não só a atribuição do suplemento de insalubridade e penosidade sobre 12 meses, mas também o suplemento noturno em moldes idênticos, ou seja, como defendido pelo STML. Lutar vale sempre a pena, não nos cansamos de afirmar!

### MARVILA

A 6 de março, o STML celebrou um novo ACEP com esta Junta, consolidando o pagamento dos suplementos de caráter permanente sobre 12 meses, nomeadamente o suplemento noturno e o suplemento de insalubridade e penosidade. Apesar de estes direitos já serem uma realidade há bastante tempo em Marvila, ficam agora inscritos em ACEP. Quanto aos novos direitos alcançados e também institucionalizados em ACEP, sublinha-se o acréscimo à duração do período de férias anual de 1 dia de férias por cada grupo de 5 pontos obtidos nas avaliações efetuadas em anos anteriores, cumulativo ao longo da carreira até ao máximo de 5 dias úteis. Também a reposição das “Férias Frias”, ou seja, o trabalhador que goze a totalidade do período normal de férias até 30 de abril e/ou de 1 de novembro a 31 de dezembro, tem direito a mais 5 dias úteis de férias adicionais, no próprio ano ou no ano imediatamente a seguir consoante a sua opção, o qual não pode ser gozado nos meses de julho, agosto e setembro. Por último, igualmente alcançado a dispensa do serviço, sem perda de remuneração: quando ocorra o nascimento de neto ou sobrinho do trabalhador, para efeitos de doação de sangue e para assistência a familiar (independentemente da respetiva idade) motivada pela necessidade de tratamento ambulatorio, realização de consultas médicas e exames complementares de diagnóstico.



# O envelhecimento faz parte da vida. Daí afirmarmos que todo o ser humano tem direito a um envelhecimento digno.

**São várias as condições para que tal aconteça: uma boa situação pecuniária e apoio estatal, ao domicílio, no acesso a centros-de-dia e do convívio e na construção de lares para que as famílias não tenham de recorrer a lares privados (muitos deles clandestinos), sempre de preços exorbitantes.**

Por isso a Inter-reformados da CGTP-IN, da qual o STML faz parte, e o MURPI, estão a recolher assinaturas de uma Petição para entregarem na Assembleia da República propondo a assunção de medidas que, por um lado, permitam a criação de uma Rede Pública de lares, pondo fim às listas de espera, com necessidades compatíveis com os rendimentos dos reformados, pensionistas e idosos com garantia de qualidade nos serviços prestados, por outro, alimente o reforço das diversas valências da Rede de equipamentos e serviços de apoio à terceira idade.

Uma Petição que deve ser assinada pelos atuais trabalhadores-reformados, mas também pelos que um dia se aposentarão. Será este o propósito do Sindicato, apelando à participação de todos os trabalhadores nesta iniciativa.

A Comissão de Reformados do STML irá comemorar os 50 anos do 25 de Abril na cidade de Setúbal, no dia 13 de Abril em conjunto com a Inter-reformados. O Sindicato constituiu um Grupo de Trabalho neste sentido, de forma a organizar e agilizar todo o processo logístico implícito a esta atividade. O apelo que deixamos é que todos os reformados que o STML acompanha, participem! Para mais informações, deverão contactar os serviços administrativos do sindicato pelos meios habituais.

**25 de Abril SEMPRE! Fascismo NUNCA MAIS!  
Tribuna Pública relembra os problemas dos reformados ou aposentados do Distrito**

A 29 de fevereiro teve lugar, junto à Gare do Oriente, uma Tribuna Pública promovida pela Inter-Reformados da USL/CGTP-IN, com o lema “Valorizar quem trabalha e trabalhou, Aumentar Salários e Pensões”. O STML também marcou presença nesta iniciativa, onde se relembrou que os baixos salários e pensões não permitem fazer face às dificuldades cada vez mais sentidas pela generalidade da população, nomeadamente dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas.

Os números evidenciam as dificuldades: mais de 2 milhões e cem mil pessoas em risco de pobreza ou situação de exclusão social. Muitos deles são trabalhadores a tempo inteiro, ou trabalharam uma vida inteira, mas cujo salário ou pensão não chega para pagar as despesas básicas, como a renda da casa, a comida ou a medicação.

Uma situação a que se junta uma degradação acentuada dos serviços públicos e funções sociais do Estado em particular do serviço Nacional de Saúde (essenciais para a promoção de uma vida digna à população reformada) fruto da política que tem vindo a ser seguida pelo PS, acompanhada, no essencial, pelo PSD, CDS, CH e IL, de favorecimento dos interesses dos grandes grupos económicos que aumentam cada vez mais os seus lucros.



## XV Congresso da CGTP-IN

# “Afirmar Abril por um Portugal com Futuro!”, reafirma o caminho da luta por melhores condições de vida para os trabalhadores portugueses!

**Realizou-se a 23 e 24 de fevereiro o XV Congresso da CGTP-IN. Tratou-se de um momento de enorme importância, não só pela renovação e rejuvenescimento alcançados na sua organização e direção, mas também pela grande e empenhada participação de toda a estrutura sindical, em termos de dirigentes, delegados, ativistas sindicais e trabalhadores.**

Nestes dias foi aprofundada a discussão sobre a realidade de quem trabalha, os seus problemas e as suas ambições. Foi possível ouvir dezenas de testemunhos, mas também os sentimentos de unidade, de força e de determinação que demonstram bem os princípios expressos nos Estatutos da CGTP-IN que norteiam este grande coletivo, isto é, uma Central Sindical de classe, unitária, democrática, independente, solidária e de massas.

Os 730 delegados presentes no Congresso votaram favoravelmente e por larga maioria o Programa de Ação para os próximos quatro anos (2024-2028), além do novo Conselho Nacional (com 147 elementos). Do órgão máximo da CGTP-IN, resultou a eleição, também por larga maioria, do novo Secretariado Permanente, da nova Comissão Executiva e do novo Secretário-Geral, o Tiago Oliveira de 43 anos de idade. O STML, que mantém o seu lugar no Conselho Nacional, fez a sua intervenção pelo Nuno Almeida, Presidente do Sindicato.

São muitos os desafios que teremos pela frente, mas é com este coletivo ligado umbilical e profundamente à realidade do mundo do trabalho, que iremos construir as bases da nossa luta.

O novo Secretário-Geral Tiago Oliveira, deixou três mensagens sobre o passado, o presente e o futuro, que salientam a importância, os princípios e a determinação deste coletivo. Relativamente ao passado salientou a entrega da CGTP-IN perante as mais difíceis circunstâncias, que nunca deixou de estar presente

nos locais de trabalho e reivindicou sempre as justas aspirações dos trabalhadores. Quanto ao presente apontou as dificuldades com que os trabalhadores se confrontam, os baixos salários; o aumento do custo de vida; a perda de poder de compra; o aumento brutal nos custos da habitação; a precarização das relações laborais; a desregulação dos horários de trabalho; o contínuo ataque à contratação coletiva; entre outros. Para o futuro e com confiança, afirmou “não há futuro que não esteja nas nossas mãos!”, sublinhando que “temos reivindicações, temos propostas, temos decisões, temos a profunda convicção que é possível romper com o rumo político da desgraça imposta pelos exploradores e conquistar direitos e a melhoria das condições de vida”.

Neste sentido, dar-se-á continuidade às reivindicações já assumidas em 2023 para o ano de 2024, designadamente: a luta pelo aumento dos salários em 15% com um mínimo de 150€, pela valorização das carreiras e profissões, pela redução dos horários de trabalho e rejeitando todas as tentativas da sua desregulação, contra os bancos de horas e adaptabilidades; contra o fim da caducidade das convenções coletivas e pela reposição do princípio do tratamento mais favorável; no combate à generalização do trabalho por turnos, noturno e laboração contínua; no combate contra os vínculos precários, na luta pela resolução dos problemas criados com o teletrabalho, entre outras.

No ano em que comemoramos os 50 anos da Revolução do 25 Abril, e perante os horizontes sombrios que se erguem contra os valores de Abril, à democracia e à liberdade, saímos deste grande Congresso com a determinação inabalável que será pelo caminho da luta que alcançaremos melhores condições de vida, também honrando neste caminho a História da CGTP-IN e dos trabalhadores portugueses, enquanto realidades indissociáveis.



# O STML celebrou o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora com as trabalhadoras do município!

No Dia 8 de Março, o Sindicato realizou na Casa dos Direitos Sociais (Auditório Fernando Pessa) um plenário geral dirigido às mulheres trabalhadoras do município de Lisboa (câmara, juntas e empresas municipais). Numa casa cheia, perto de uma centena de trabalhadoras ouviram as intervenções de Sandra Esteves, em nome do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), do Libério Domingues, representando a União dos Sindicatos de Lisboa (USL/CGTP-IN) e do Nuno Almeida, enquanto Presidente do STML. Houve também lugar à atuação de Vítor Sarmento que nos brindou com as músicas de Abril e dos valores que lhes estão associados.

No período da tarde deste 8 de Março, o STML participou com a sua estrutura sindical (Dirigentes e Delegadas) na Marcha Sindical pela Igualdade, promovida pela Comissão Distrital para a Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-IN que, da Casa Sindical (Largo do Rato) à Assembleia da República, ergueu bem alto as reivindicações das mulheres trabalhadoras! Relembrou-se que no distrito de Lisboa a desigualdade entre mulheres e homens assume uma dimensão bastante grande, em alguns concelhos é superior à média do país, nomeadamente na precariedade, no trabalho a tempo parcial, mas também no desemprego e nos salários.

Em suma, sublinhou-se em todos os momentos, o caminho que falta ainda percorrer para materializar, na vida do dia-a-dia das mulheres trabalhadoras, os direitos, liberdades e garantias que a Constituição da República Portuguesa consagra, seja no plano da igualdade, do fim da discriminação e do assédio nas suas várias formas, ou na luta mais geral por melhores salários, mais direitos, garantindo uma vida e um futuro dignos.

Não podemos deixar de lembrar que o dia 8 de Março - Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, é um marco fundamental

da luta pela emancipação das mulheres trabalhadoras. Há mais de um século, as operárias de várias partes do planeta, saíram à rua exigindo melhores condições de trabalho e direitos iguais aos homens, num processo de lutas intensas, sempre marcadas por fortes repressões que marcaram o fim do século XIX e o início do século XX. Em 1910, a revolucionária alemã Clara Zetkin, propôs na Conferência Internacional de Copenhaga, que o 8 de Março passasse a ser considerado como o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, passando a ser celebrado efetivamente como tal, poucos anos depois.

Em Portugal, só com o fim da ditadura-fascista de Salazar e Caetano e com a chegada da liberdade e democracia alavancadas com a Revolução do 25 de Abril de 1974, foi possível garantir em 1976 com a nova Constituição da República Portuguesa (CRP), direitos iguais entre os homens e mulheres portuguesas no campo socioeconómico, político, cultural, além de alcançar direitos exclusivos à mulher no plano sexual e reprodutivo. Passados 50 anos, como afirmámos, muito falta ainda por concretizar, apesar de Portugal apresentar uma Constituição das mais avançadas e progressistas do 'mundo ocidental'.

No âmbito da Semana da Igualdade da CGTP-IN e sob o lema "Liberdade. Igualdade. Portugal com Justiça Social" deu-se continuidade ao Dia Internacional da Mulher em luta, na semana de 18 a 22 março, mobilizando as trabalhadoras e os trabalhadores para a luta nos locais de trabalho e em ações públicas, combatendo as discriminações, exigindo a efetiva igualdade no trabalho, lutando pelo cumprimento dos direitos de maternidade e paternidade. Neste âmbito, o STML promoveu a 18 de março, no Edifício Municipal do Campo Grande, o Encontro Temático "Cuidadores Informais – Informe-se para Melhor Viver".



## 27 DE MARÇO

# Manifestação Nacional dos Jovens Trabalhadores

Concentração às 14h30 no Rossio

A 27 de março, os jovens trabalhadores portugueses saem à rua em luta, em protesto e alavancado as suas reivindicações próprias! Esta jornada de luta nacional, descentralizada nas cidades de Lisboa e do Porto, é convocada pela InterJovem/CGTP-IN. Em Lisboa, a concentração será no Rossio a partir das 14h30, saindo depois para a Assembleia da República.

É certo que muitas destas reivindicações 'já não têm idade', mas também não é menos verdade que no início da vida profissional de cada um, há direitos e garantias que na sua ausência limitam e constroem, em alguns casos dramaticamente, a construção de uma vida, seja pela impossibilidade real de sair de casa dos pais, face aos preços exorbitantes e vergonhosos que o mercado da habitação apresenta atualmente, seja pelos baixos salários ou pela precariedade dos vínculos laborais que impede objetivamente alicerçar horizontes de vida estáveis e seguros.

São razões mais do que suficientes para expressar publicamente o desagrado de milhares de jovens trabalhadores, os tais que muitos (ir)responsáveis políticos referem ser o futuro do país, mas que na prática os condenam, pelas suas opções políticas, a procurar noutros países não raras vezes, perspetivas de trabalho, e logicamente de vida, mais favoráveis.

O desemprego em Portugal afeta, em particular os mais jovens: em 2023, segundo o INE, nos jovens até aos 25 anos de idade, a taxa de desemprego situava-se nos 20,3%. Também segundo o INE, no último trimestre de 2023, 33% dos trabalhadores menores de 35 anos tinham vínculos precários, aumentando para os 54% entre os menores de 25 anos. Acresce que a precariedade laboral é a principal causa de desemprego (46%), sendo também responsável por salários inferiores aos já de si baixos salários dos trabalhadores com vínculo permanente: 888€ em termos líquidos para os trabalhadores com vínculos precários face a 1.078€ entre os trabalhadores permanentes (dados do INE/4º trimestre de 2023).

Na cidade de Lisboa, a realidade dos números e percentagens atrás referida, sente-se principalmente nas Juntas de Freguesia (precariedade), na Câmara Municipal e Juntas de Freguesia (baixos salários), na Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Empresas Municipais quando se fala de polivalência, desregulação e flexibilidade de horários e, em termos latos, dos salários baixos que impedem, por exemplo, viver em casa própria na cidade onde se trabalha (seja com crédito à habitação, seja no mercado arrendatário). Lisboa, neste particular, difere substancialmente da realidade de muitas cidades capitais da Europa: a maioria dos trabalhadores que laboram na capital, seja no setor público ou privado, não consegue viver em Lisboa!

Dia 27 de Março, entre outras reivindicações, exige-se:

- Fim da precariedade laboral - a um posto de trabalho permanente, um vínculo efetivo;
- Aumento GERAL dos salários:
- Aumento de 15%, com mínimo de 150€;
- Fixação do Salário Mínimo Nacional nos 1.000€ em 2024;
- Revisão da Tabela Remuneratória Única (TRU) da Administração Pública;
- Revogação do SIADAP;
- Identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido.

Nos 50 anos da Revolução de Abril, urge respeitar e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa, sublinhando os seus Princípios e Direitos constitucionais, como o Direito às Funções Sociais do Estado: nas áreas da Saúde, Educação, Habitação, Cultura, Proteção e Segurança Social.

**De forma a permitir a participação do maior número de jovens trabalhadores do município de Lisboa, entre Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Empresas Municipais, o STML colocou um pré-aviso de greve das 12h00 às 21h00 para todos os trabalhadores até aos 35 anos de idade, inclusive.**



# ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

10 DE MARÇO DE 2024

## Eleições Legislativas: viragem à direita representa novos desafios

**A AD foi a força política mais votada nas eleições legislativas de 10 de março, com um resultado ligeiramente superior ao do PS. Num quadro de nítida queda da abstenção, acaba por ser a extrema-direita a ter a subida mais assinalável.**

À hora de fecho desta edição faltam ainda conhecer os resultados em 31 consulados portugueses na Europa e resto do mundo, que permitirão eleger quatro deputados, e assim completar a composição da Assembleia da República para a próxima legislatura. Contudo, o quadro conjuntural pode ser já analisado.

A AD (PSD/CDS-PP e PPM) apresenta-se como a força política mais votada nas últimas eleições legislativas, com 29,5% dos votos e 79 mandatos. O PS é o segundo partido mais votado com 28,66% e 77 mandatos, seguido do partido de extrema-direita (18,06% e 48 mandatos). A IL, com oito, o BE, com cinco, a CDU e o Livre, ambos com quatro, e o PAN, a eleger apenas um mandato, completam a formação do hemiciclo.

Não obstante a escassa margem, a direita coligada consegue o maior número de votos e deputados em contraste com a forte quebra da expressão eleitoral do PS, que perde a maioria absoluta e mais de 40 mandatos em relação às legislativas de 2022. Conjugando esta vitória “poucachinha” da AD com a subida muito assinalável da extrema-direita e a manutenção da IL como quarta força política, é notória uma relação de forças no plano institucional ainda mais favorável aos interesses do grande capital e ao aprofundamento de uma política nefasta aos direitos mais elementares dos trabalhadores e do povo.

Porém, é preciso sublinhar que, ao longo de largos meses, múltiplas e poderosas forças trabalharam para uma vitória expressiva da AD – não podemos, nem devemos deixar de relevar a ação absolutamente lamentável da imprensa convencional, sobretudo a do grandes canais de televisão (a SIC à cabeça,

mas também a TVI/CNN, e até, demasiadas vezes, a RTP) que, rivalizando com a balbúrdia das redes sociais, manipularam e mentiram despudoradamente, criando um clima claramente hostil à discussão efetiva de propostas (basta atentar aos debates televisivos) e à ação das forças políticas mais progressistas –, o que acabou por não suceder. Aliás, se excluirmos os resultados da extrema-direita, e adicionando o resultado do PS ao dos partidos de esquerda (AD + IL detêm 87 mandatos e PS + BE + CDU + Livre + PAN, 91) é notório que a máquina de propaganda sem paralelo de que dispôs a direita apenas serviu para alimentar as pulsões mais reacionárias e fascizantes do quadro político português.

A poucas semanas da entrada no parlamento da Assembleia saída do escrutínio, não nos podemos iludir quanto ao caminho de retrocesso e de ataque a direitos fundamentais que se anuncia com o regresso ao poder de PSD e CDS. Mesmo sem a cooperação direta ou o apoio parlamentar da extrema-direita, o programa da AD preconiza em si um conjunto de medidas de ataque a direitos dos trabalhadores e agravamento das condições de vida, refletindo-se nos salários e nas pensões, no aumento da exploração, na degradação de serviços públicos, e na intensão de prosseguir novas privatizações que, como sempre, resultam na destruição das funções sociais do Estado em nome do negócio privado em áreas vitais como a saúde, a educação ou a habitação.

Com ou sem o apoio da extrema-direita, o eventual regresso ao poder de PSD e CDS (ainda é prematuro saber se coligados ou não com a IL, e se contará com aprovação velada ou explícita do PS) num quadro de grande instabilidade, tanto do ponto de vista nacional como internacional, representa inevitavelmente uma viragem no cenário político, e isso acarreta que a novos desafios para o povo e para as classes trabalhadoras sejam dadas respostas à altura nas ruas, nos locais de trabalho, nas escolas e universidades.



# A luta pelo aumento **geral e real** dos salários teve expressão pública a 19 de março!

**A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), que o STML integra, esteve na rua a 19 de março em Lisboa, com Delegados, Dirigentes e Ativistas Sindicais.**

Finda a campanha eleitoral, sempre marcada por “promessas e compromissos” que, como a História comprovou uma e outra vez, facilmente são depois esquecidos, interessa recentrar as atenções nas reivindicações dos trabalhadores que carecem de resposta urgente! Neste sentido, os Sindicatos da Frente Comum saíram à rua para exigir soluções e respostas aos problemas dos trabalhadores da Administração Pública (AP). Como uma urgência no imediato, e elemento essencial do reforço dos serviços públicos (no plano da sua atratividade, eficácia e qualidade), destacamos pela sua importância, o aumento geral e real dos salários e a resposta às matérias inscritas na Proposta Reivindicativa Comum para 2024 (PRC/24).

É urgente um aumento intercalar dos salários, permitindo repor algum do poder de compra desbaratado pela inflação e pelo aumento inusitado dos preços de bens e serviços essenciais que em 2024 não deixaram de manter a mesma inclinação em

relação ao ano anterior, isto é, sempre ascendente!

A FCSAP continuará a exigir e a lutar pelo aumento geral dos salários no mínimo de 150€, pelo salário mínimo de 920€ com efeitos a janeiro deste ano, atingindo os 1.000€ até ao final de 2024. Não baixará os braços na luta pela revogação do SIADAP, pela valorização das Carreiras e Profissões, pelo fim da precariedade e pelo reforço dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado.

Será a luta dos trabalhadores a determinar as respostas aos seus problemas e reivindicações, reafirmando os conteúdos da PRC/24 como elemento essencial na resposta aos problemas que os Serviços Públicos e os seus trabalhadores enfrentam.

Para 5 de Abril, a FCSAP prevê realizar uma nova concentração sob o lema “**Defender o Serviço Nacional de Saúde, Cumprir Abril**”, propondo assinalar o Dia Mundial da Saúde (8 de abril), em frente ao Ministério da Saúde. É inadmissível que por ausência de investimento nos serviços públicos estejamos perante a possibilidade de colapso de alguns, como o Serviço Nacional de Saúde!

# Pelo fim do Genocídio Paz no Médio Oriente



**Nakba: catástrofe-desastre, define o processo iniciado em 1948 por Israel, e que marca o início de 76 anos de injúrias, humilhações e castrações materializadas sobre inúmeras artimanhas que visam expulsar, delimitar o acesso ou concentrar em áreas específicas e reduzidas (apartheid), toda a nação palestina.**

Hoje poderá falar-se num novo Nakba, decorrente do ataque de 7 de outubro de 2023, executado pelo grupo Hamas. Neste atentado, Israel encontrou a desculpa perfeita para pôr em marcha uma nova etapa do seu plano sionista: o genocídio de todo o povo palestino. A procura pelos reféns, aliada a uma narrativa incessante de direito de defesa de Israel, serviram de capa para uma nova ofensiva bélica que não reconhece qualquer distinção entre civis e terroristas, e que se materializa de forma indiscriminada na largada de toneladas de bombas sobre toda a região norte de Gaza.

Embora a narrativa inicial de Israel revelasse a intenção de concentrar esforços no bastião do Hamas a norte, os incessantes e indiscriminados bombardeamentos que seguiram a população para sul, foram prova cabal de que existia subjacente um plano muito mais perverso. Assim, partindo do referido mês de outubro até finais de fevereiro de 2024, milhares de pessoas viram-se obrigadas a abandonar as suas casas e foram empurradas progressivamente do Norte para Rafah, através de um trajeto supostamente seguro, segundo o Ministério de Defesa israelita que, horas depois de o afirmar, o bombardeou indiscriminadamente. Esta estratégia covarde, repetida há cinco meses a esta parte, já ceifou perto de 40 mil pessoas, na sua maioria mulheres, jovens e crianças.

À data deste artigo, mais de 1 milhão e 700 sobreviventes estão concentrados em Rafah, que ao ser a última cidade no Sul antes da fronteira com o Egito, acredita-se ser a única hipótese de fuga. Contudo, as fronteiras não são abertas há semanas e os milhares de pessoas aqui aglomeradas em condições desumanas acabam por sofrer um novo flagelo: a fome. Com o sucessivo restringir na entrada de comboios humanitários, são milhares os que carecem de acesso a bens essenciais de todo o tipo, fazen-

do com que hoje as mortes por fome rivalizem diretamente com mortes feitas pela máquina de guerra israelita.

O processo de genocídio estende-se para além do imediato. Todas as infraestruturas que possam possibilitar no futuro qualquer tentativa deste povo se erguer, jazem hoje sob escombros. Verifica-se um processo contínuo de destruição da identidade nacional palestina, com a destruição de monumentos e estruturas culturais e religiosas, algumas com séculos de existência; mas também de todas as infraestruturas de carácter social, político e económico em Gaza.

No entanto, esta verdade a todos os níveis indesmentível, por mais real e penosa que seja, não é partilhada pelos principais Governos dos países que compõem a tão evoluída comunidade internacional ocidental, que teimam ignorar o sofrimento deste povo, sobrepondo os seus interesses económicos e geoestratégicos à vida de milhares de inocentes. Se por um lado, os povos de inúmeros países apelam de forma quase transversal por um cessar-fogo imediato, por outro, ninguém com responsabilidades políticas e governativas se levanta em defesa dos direitos humanos declarados na Carta da ONU.

No sentido de dar voz ao silêncio ensurdecedor que impera na comunidade internacional; saúda-se a queixa da África do Sul no Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) que, a 29 de dezembro acusou Israel de violação da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (ONU 1948). Esta queixa visa a suspensão imediata das operações militares e teve como parte das provas irrefutáveis de genocídio, os milhares de vídeos que circulam pela internet.

Em Portugal, nas várias iniciativas de denúncia e protesto promovidas e organizadas pelo CPPC, CGTP-IN e MPPM, às quais o STML sempre se associou, sempre se elevou mais alto a exigência pela Paz no Médio Oriente e pelo Direito à liberdade e autodeterminação do Povo Palestino. Nas várias iniciativas que se se preveem realizar brevemente, apelamos à participação de todos os que de facto valorizam e defendem a Paz, não deixando que se instale o silêncio cúmplice perante o genocídio que Israel leva a cabo contra o povo Palestino.